



EDUCAÇÃO E PRECONCEITO: IMPLICAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO RESPEITO E DA EMPATIA ENTRE CRIANÇAS.

Rhayssa Gabrielle de Oliveira SANTOS¹

Carolaine Camilo da SILVA²

Hellen Vitoria Ernesto SANTOS³

Rayssa dos Santos LIMA⁴

Liliane Correia da SILVA⁵

RESUMO

O trabalho apresentado refere-se a continuação da pesquisa apresentada no Seminário de ensino, pesquisa e extensão (SEPEX), na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), no qual investiga a presença de preconceitos no contexto escolar, compreendidos como manifestações reproduzidas pelos educandos nas interações cotidianas. O objetivo é potencializar, desde os anos iniciais da educação, a formação ética e cidadã, com foco no respeito às diferenças e na valorização da diversidade cultural. A pesquisa fundamenta-se em Martins (2018), que defende uma postura crítica frente ao caráter monocultural e ao

1 Aluna do Curso de Pedagogia - Uneal, campus I (Arapiraca) e Bolsista do PIBID, e-mail: carolaine.silva.2024@alunos.uneal.edu.br

2 Aluna do Curso de Pedagogia - Uneal, campus I (Arapiraca) e Bolsista do PIBID, e-mail: hellen.santos.2022@alunos.uneal.edu.br

3 Aluna do Curso de Pedagogia - Uneal, campus I (Arapiraca) e Bolsista do PIBID, e-mail: Rayssa.lima.2024@alunos.uneal.edu.br

4 Professora Supervisora do PIBID UNEAL, campus I (Arapiraca) e-mail: lilianecorreiasilva@hotmail.com

5 Aluna do Curso de Pedagogia - Uneal, campus I (Arapiraca) e Bolsista do PIBID, e-mail: rhayssa.santos.2024@alunos.uneal.edu.br

etnocentrismo, e em Vygotsky (1991), que destaca o papel das interações sociais no desenvolvimento humano. Também se apoia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), especialmente no Art. 3º, que orienta para o respeito à liberdade, à tolerância e à valorização da diversidade étnico-racial. A abordagem é qualitativa, baseada em estudos bibliográficos e documentais, incluindo a legislação educacional. Foram utilizados procedimentos de análise de conteúdo e de discurso, com foco na compreensão das manifestações de preconceito e de suas implicações no espaço escolar. Os resultados apontam que, apesar das diretrizes educacionais favorecerem a construção de um currículo democrático e inclusivo, persistem desafios no enfrentamento ao preconceito e à discriminação, especialmente em razão de influências familiares e sociais. Conclui-se que a implementação de ações pedagógicas que promovam o diálogo, fortaleçam a identidade dos alunos e incentivem a participação da família é essencial para combater todas as formas de intolerância.

Palavras-chave: Diversidade cultural, Preconceito, Educação inclusiva, Cidadania.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como base a construção de um resumo expandido apresentado ao Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX), na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), partindo das noções de práticas preconceituosas presentes em instituições de ensino fundamental. Analisando, através de estudos bibliográficos, as implicações das relações sociais na construção do respeito e empatia entre crianças. Ao decorrer deste artigo serão observados os impactos causados por práticas excludentes presentes no contexto escolar; formação do indivíduo em sociedade; relação entre família, escola e discente, e reconhecimento às práticas intolerantes e segregacionistas.

Este estudo tem como objetivo evidenciar os diferentes meios discriminatórios, que por vezes são velados nos meios sociais. Bem como potencializar o papel docente através de práticas empáticas, dando ênfase à diversidade presente entre crianças de diferentes culturas e sociedades. Além disso, refletir sobre as consequências de um currículo voltado para o etnocentrismo, fortemente influenciado pelo processo colonial. Por mais, buscou-se trazer a evidência de um tema pouco discutido no meio acadêmico e escolar, a fim de apresentar reflexões e possibilidades de mudanças para os contextos interpessoais que influenciam na formação do sujeito.

A identificação de ações preconceituosas no âmbito escolar surge de observações feitas por docentes e demais profissionais que têm contato direto com os discentes. Essas práticas podem estar associadas ao *bullying* e demais tipos de violências contra corpos dissidentes, sujeitos que apresentam características que fogem da normatividade imposta por

uma classe hegemônica. A discriminação pode ser evidenciada no cotidiano escolar, identificada por meio de uma ampla gama de ações e comportamentos que ocorrem de formas tanto explícitas quanto implícitas, práticas baseadas em marcadores sociais como raça, gênero, orientação sexual, religião, etc. Moravia e Muylaert (2025).

A prática discriminatória contra crianças presente no contexto escolar perpassa todo o ensino fundamental, base do processo educativo, período de construção e desenvolvimento do ser social, iniciada no contexto familiar. Considerando que ações de cunho preconceituoso apresentam influências externas, inicialmente com a relação família-aluno, visto que, a formação familiar tem potencial para inserir meios educativos nos primeiros anos de vida da criança, bem como cita Freire (1987, p. 45): “A educação não é um ato exclusivo da escola, mas um processo que começa no seio da família e se estende à vida em sociedade”. Sob esse viés, é evidenciado o papel de pais e responsáveis em desenvolver uma parceria com a escola, priorizando um ensino de qualidade ao aluno.

É possível observar cotidianamente em escolas, falas e ações que expressam intolerância quanto à diversidade. Essas práticas surgem das interações entre os alunos, professores-alunos, perpassa o âmbito gerenciador, e demais profissionais que compõem o meio escolar. Sendo possível refletir sobre a postura profissional como meio de intervenção ao preconceito e a importância da formação continuada focada na heterogeneidade, assim como reflete a autora Candau (2016, p. 14): “Para o desenvolvimento de uma educação intercultural, é necessário trabalhar o próprio “olhar” do/a educador/a para as questões suscitadas pelas diferenças culturais, como as encara, questionar seus próprios limites e preconceitos e provocar uma mudança de postura”. Sob essa ótica, é preciso que o profissional amplie seus conhecimentos para que rompam-se práticas discriminatórias.

Cabe aqui investigar de que forma essas relações podem implicar o corpo discente sob o viés do papel docente e a postura da escola frente aos casos de *bullying* e demais violências recorrentes na rotina escolar. Sob essa perspectiva, é possível dialogar com Louro (2008, p. 137) quando a autora contextualiza que “Os saberes que a escola pretende fixar ou os saberes que a escola pretende ocultar podem (e são) contestados, desafiados, confirmados e subvertidos. Dar-se conta desses múltiplos e, por vezes, divergentes espaços educativos, é fundamental”. Visto que, o papel ativo da escola no que se refere à implementação da diversidade e rompimento de preconceitos é de suma importância.

O teor metodológico utilizado para fundamentar esse estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, mediante a análise e interpretação de artigos

científicos, referências literárias e documentos legais, a abordagem qualitativa permitiu uma pesquisa aprofundada a respeito da temática discutida.

Com base nos resultados e discussões apresentados acerca da problemática de episódios violentos no contexto educacional, evidencia-se a complexidade do tema e sua relação com fatores socioeconômicos, políticos e ideológicos, bem como o papel do professor, escola e família e suas implicações na formação e desenvolvimento do discente.

Diante do exposto, essa pesquisa tem como objetivo enfatizar a importância da heterogeneidade, superando lacunas que distanciam a afinidade entre crianças de diferentes culturas, etnias e meios sociais. Esse artigo se mostra imprescindível para impulsionar reflexões sobre a valorização dos direitos humanos no ambiente educacional e em toda sociedade, com o intuito de combater os preconceitos expressos cotidianamente nos espaços de interação. Deste modo, para melhor aprofundamento e compreensão desta produção científica o presente estudo está organizado em oito segmentos: resumo, introdução, resultados e discussões, relato de experiência, análise do relato, considerações finais e referências.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi estruturada em uma abordagem qualitativa, partindo da coleta de dados publicados, cuja perspectiva possibilitou fundamentar teoricamente o assunto. Diante disso, foram utilizados como instrumentos de análise: pesquisa bibliográfica de artigos científicos, referências literárias e pesquisa documental que sistematizaram a temática central, os dados obtidos foram verificados, categorizando a temática, com o objetivo de compreender a problemática. Assim, a metodologia adotada buscou garantir a compreensão e importância de combater os demais preconceitos presentes nos ambientes educacionais e sociais.

Para a seleção dos materiais, foi realizada uma busca em bancos de dados como SciELO e Google acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chaves: “Preconceito escolar”, “diversidade”, “educação inclusiva”. Além disso, foram examinados documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) como fonte legislativa.

Incluíram-se, como recorte temporal, estudos publicados entre 1987 e 2025, todos com foco nas práticas educativas com abordagem inclusiva. Para a seleção das referências, foram realizadas leituras aprofundadas que determinaram se os estudos se adequam à

proposta de escrita e pesquisa. A investigação dos materiais encontrados baseou-se na análise do conteúdo, com o objetivo de identificar as contribuições das publicações referentes ao tema em questão. Os principais autores trabalhados foram Freire (1987), Vygotsky (1991), Louro (2003), Candau (2016) Gomes (2023) Paula e Branco (2022), Martins (2018), com produções de grande relevância para a compreensão e fundamentação do problema.

Para complementar a pesquisa, relacionando teoria e prática, foi possível apresentar um relato de experiência das pibidianas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), discentes do curso de pedagogia da UNEAL, onde foi experienciado um caso de preconceito entre alunos e profissionais de uma escola de ensino fundamental da rede pública, em uma cidade do agreste alagoano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, os dados coletados sistematizam a importância do debate acerca da diversidade, com o objetivo de romper metodologias intolerantes. Para isso, Gomes (2023, p. 3), debate sobre mudanças necessárias nos meios organizacionais de instituições de ensino. A autora dialoga com a criticidade da temática quando cita que:

O reconhecimento da diversidade e das diferenças precisa ser compreendido como integrante do direito à educação. A formação de professoras e professores, a gestão e a coordenação escolar, o currículo, os materiais didáticos, a organização dos tempos e espaços escolares ainda não assumiram o dever político, pedagógico nem ético de combater toda e qualquer forma de racismo, machismo e LGBTfobia.

Sob essa perspectiva, é possível refletir que o cenário educacional ainda passa por muitas lacunas, distanciando as relações de empatia entre os alunos. Destaca-se a necessidade de adaptações no currículo, pensando em modificações que o tornem inclusivo, oportunizando a afetividade entre pares.

Ao aprofundar-se na problemática, é notório que ainda existe uma resistência de crenças limitadas que influenciam diretamente na criação de ambientes que respeitam diferenças e particularidades sociais e culturais. Dito isso, Paula e Branco (2022, p. 9), reforçam essa análise ao expor que:

Crenças, visões de mundo, valores e preconceitos estão certamente presentes nas escolas, sendo expressos nas relações e interações entre os membros da comunidade escolar. Esses valores são gerados historicamente nos contextos culturais da sociedade e, por serem afetivamente arraigados, resistem a mudanças. Assim, torna-se difícil propor, nas escolas, práticas diferentes e inovadoras, e agir de maneira a não resvalar, mesmo que sem

intenção, para atuar de acordo com o paradigma vertical e monológico da pedagogia tradicional.

Embora situações como as citadas anteriormente estejam presentes no cotidiano de muitos contextos escolares, por lei, é obrigatório que as escolas criem um ambiente que respeite os direitos humanos, inclusive, o direito à liberdade. Sendo possível citar a LDB, Lei nº 9.394/1996 – Artigo 3º que estabelece os princípios que devem nortear o ensino, destacando: o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização da diversidade étnico-racial; e a promoção dos direitos humanos. Essas diretrizes são cruciais para orientar o ensino de forma a reforçar a construção de uma sociedade mais justa, valorizando, assim, o espaço dos diferentes grupos (Brasil, 1996, Art. 3º).

Ao fazer uma análise a respeito dos aspectos históricos que estruturam as ações discriminatórias, discute-se que, o Brasil traz em sua história, as fortes influências coloniais, que surgiram a partir da invasão dos europeus às terras indígenas. Partindo desse pressuposto, é levantada a crítica aos rompimentos da cultura original, perpetuando práticas monoculturais e excludentes. Sendo possível perceber um currículo ainda preso aos aspectos históricos citados anteriormente, e dialogando com os pensamentos de Martins (2018), quando dito que é necessário adotar uma postura crítica sobre o caráter monocultural e do etnocentrismo pois, muitos são os desafios para a valorização e reconhecimento das diversas culturas com as práticas que se configuram no espaço, para os diferentes grupos sócio-culturais.

Com base nas discussões acerca da discriminação presente no âmbito escolar, percebe-se que existe um conjunto de fatores associados à segregação social, impondo padrões normativos que propiciam a classe hegemônica. No contexto escolar, resulta-se na criação de um cenário hostil e indiferente quanto aos tipos de violências presentes nas escolas. Assim, distanciando as crianças do processo abrangente de desenvolvimento do respeito e empatia sob o viés de aspectos heterogêneos nas interações sociais. Por mais, Vygotsky (1991) contextualiza sobre as questões interativas em que o desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais e da valorização do contexto cultural.

Para exemplificar a presença de preconceitos presentes no ambiente escolar, a seguir será apresentado um breve relato de experiência vivenciado pelas autoras e também bolsistas do PIBID.

Relato de experiência:

O caso em questão ocorreu em uma escola de ensino fundamental da rede pública, situada em uma cidade do agreste alagoano, zona urbana. A comunidade escolar é composta em sua maioria por famílias de classe média baixa e de baixa renda. Ainda é perceptível a ausência de uma compreensão mais ampla sobre o papel essencial que exercem na formação cidadã e crítica dos alunos. A situação exposta aconteceu em uma turma de terceiro ano do ensino fundamental I, com alunos entre 8 e 9 anos, matriculados no período vespertino.

A experiência decorreu após um dos alunos ser discriminado por seus traços fenótipos de origem afro-brasileira, onde um colega de turma referiu-se ao próximo com falas opressivas associadas a termos pejorativos de cunho intolerante e agressivo. Deste modo, utilizando expressões como “macaco” e “viadinho” frequentemente relacionados ao racismo e homofobia, desencadeando em decorrência disto, fatores emocionais como pensamentos agressivos.

Sendo assim, realizou-se a intervenção de uma das pibidianas a fim de oferecer apoio à criança diante da situação vivenciada. Na ocasião, um dos profissionais da instituição apresentou conduta ignorante ao tentar acolher a criança que sofreu a violência. Nesse contexto, a funcionária declarou: “O importante é que você não é viadinho, então não tens motivos para chorar”, provocando no aluno os sentimentos de acolhimento e tranquilidade, já que foi reconfortante não ser associado à uma pessoa homossexual.

Dito isso, a bolsista contrapôs o comentário afirmando que, se fosse o caso, não haveria problema em se identificar com a comunidade LGBTQIAP+, mostrando a importância de compreender a normatividade em maneiras diferentes de viver e se relacionar. Além disso, houve um diálogo entre a professora pibidiana o aluno que ofendeu, com a intenção de repassar conhecimento de que a fala dele é utilizada como método de ofensa, essa interação teve o objetivo de romper com estereótipos de gênero e sexualidade que reprimem corpos dissidentes.

Análise do relato:

Diante do exposto, percebe-se como práticas discriminatórias, tais como homofobia e racismo, ainda são recorrentes no ambiente escolar, evidenciando a necessidade de reflexão sobre o papel da escola no fomento à diversidade e no combate a condutas excludentes. O caso relatado se destaca pela fala da profissional ao expressar, sob o senso comum, sua percepção homofóbica. Essa postura desencadeia inúmeras problemáticas na formação social

do aluno, sob o viés que fomenta a lógica heteronormativa, colocando a homossexualidade em um paradigma errôneo e estereotipado.

Ao refletir sobre o papel docente, analisa-se a importância de um olhar empático e crítico quanto aos tipos de violências presentes no meio educativo. Além disso, é notório a relevância da formação continuada no processo de desenvolvimento e integração de conhecimentos que fortaleçam as ações inclusivas de todos os profissionais presentes na escola. Assim, seguindo as premissas de Paula e Branco (2022) ao evidenciarem a necessidade do corpo docente e demais funcionários no preparo para lidar com a heterogeneidade do alunado, para que assim sejam evitadas falas e ações contraditórias e intolerantes.

É de suma importância que as instituições de ensino, enquanto ambiente de formação integral de indivíduos, assumam um papel ativo no incentivo à desconstrução de ações intolerantes e segregacionistas, promovendo, em conjunto com os municípios ações que fortaleçam o respeito à diversidade. Tais ações devem estar articuladas com toda a comunidade escolar, composta por estudantes, famílias, profissionais da educação e gestores, por meio de palestras, rodas de conversa, oficinas temáticas, e programas de formação continuada. Essa ação é fundamental para que haja o engajamento coletivo na consolidação das políticas públicas voltadas à liberdade, à tolerância e à valorização da diversidade étnico-racial, como visto na LDB.

O acontecimento relatado expressa práticas segmentadoras presentes no contexto escolar, reforçando a ideia de tratamento desigual e despreparo de profissionais da educação frente à diversidade étnica e sexual. Deste modo, a vivência em contexto evidenciou o aprofundamento da temática discutida, confirmando a teoria de Silvestre *et al* (2025, p.3):

A escola desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos, sendo um espaço privilegiado para a construção de valores, atitudes e comportamentos. No entanto, é também um ambiente onde preconceitos podem ser moldados e perpetuados, especialmente quando se trata da diversidade cultural.

Indicando a necessidade de superação e combate às práticas e a construção de comportamentos que levem em consideração as diversas culturas e perpetue valores humanos de respeito e igualdade. Com isso, evidencia-se a relevância de métodos interculturais, considerando as percepções de Candau (2016) e Walsh (2009), que ressaltam a importância de uma perspectiva baseada na ótica da interculturalidade, a fim de que problemáticas de segregação, como a observada no caso relatado, sejam enfrentadas e superadas

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Conclui-se que, o estudo em questão faz um mapeamento sobre as abordagens a respeito de práticas constantes de violência frente aos aspectos étnicos, sexuais, de gênero, entre outros. Assim, reverberando as implicações das relações sociais na construção do respeito e empatia entre os alunos, professores, família e demais membros da comunidade pedagógica.

Com base no levantamento teórico, foi possível identificar diferentes perspectivas presentes no cenário educacional brasileiro. Dentre elas, aponta-se o papel da família no processo educativo do sujeito, considerando sua importância nas contribuições da formação social de indivíduos empáticos. Debateu-se também acerca da postura docente frente a casos de violências contra corpos dissidentes no cotidiano escolar, analisando a relevância da formação continuada no combate às práticas excludentes. Por mais, a sistematização aborda o contexto histórico quando nota-se um currículo ainda estruturado no contexto social fortemente marcado pelo colonialismo, rompimento e centralidade cultural. Por fim, a referência documental exposta pela LDB discute a divergência entre teoria e prática, marcada pelo dever legislativo da escola que, por vezes, se contradiz em suas ações quanto à diversidade cultural.

Sob essa perspectiva, o relato de experiência exposto pelas autoras fortalece a pesquisa ao afirmar que casos violentos referentes às interculturalidade de estudantes presentes no cotidiano de escolas estão vinculados à fundamentação teórica apresentada neste estudo. Em síntese, recomenda-se que as análises sobre a temática de preconceitos no âmbito escolar obtenha um alcance maior, principalmente no meio acadêmico, para que docentes em formação aprimorem seus conhecimentos sobre as evidências desta problemática, assim, fortalecendo suas práticas ao torná-las inclusivas, promovendo o desenvolvimento da empatia entre crianças e valorizando a pluralidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 1
Disponível em:>[lei 9394.pdf](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_abre.htm?leil=9394.pdf)<. Acesso em: 20 ago. 2025.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Cotidiano escolar e práticas interculturais**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 802-820, jul. 2016. Disponível em:
><https://doi.org/10.1590/198053143455><. Acesso em: 20 ago. 2025

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 45. Disponível em: >[Paulo Freire Educacao Pratica Liberdade : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](https://www.archive.org/details/Paulo_Freire_Educacao_Pratica_Liberdade)<. Acesso em: 22 ago. 2025

GOMES, Nilma Lino. **Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero e diversidade sexual**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 44, p. 1-8, 2023. Disponível em:>[SciELO Brasil - ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO, RACA, GÊNERO, E DIVERSIDADE SEXUAL ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO, RACA, GÊNERO, E DIVERSIDADE SEXUAL](https://www.scielo.br/j/estudospesq/article/2578)<. Acesso em: 02 set. 2025

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 10-141. Disponível em:><https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf><. Acesso em: 01 set. 2025.

MARTINS, Allan Bezerra; PUREZA, Maria Goretti Barbosa. **Educação e diversidade cultural**: reflexões sobre o ensino e a prática pedagógica. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 7, p. 1–12, 2020. Disponível em:><https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2578><. Acesso em: 31 ago. 2025.

MORAVIA, Willer; MUYLAERT, Naira. **Discriminação no contexto escolar brasileiro**: panorama das pesquisas. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 55, 2025. Disponível em: ><https://doi.org/10.1590/1980531411288><. Acesso em: 01 set. 2025

PAULA, Luciana Dantas de; BRANCO, Angela Uchoa. **Desconstrução de preconceitos na escola**: o papel das práticas dialógicas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 39, 2022. Disponível: ><https://doi.org/10.1590/1982-0275202039e200216><. Acesso em: 02 set. 2025

SILVESTRE, Alex Alves et al. **A formação do preconceito nas escolas**: um estudo sobre a diversidade cultural. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 18, n. 3, p. 1-13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.3-073>. Acesso em: 02 set. 2025

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 67. Disponível em:>https://estudosdotrabalho.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/vygotski_formacaosocialdamente.pdf<. Acesso em: 02 set. 2025

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial**: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em:><https://arquivos-producao.sigs.ufrpe.br/arquivos/2023204219bfe129043122fe6e78b2272/walsh-catherine-interculturalidade-critica-e-pedagogia-decolonial-pdf.pdf><. Acesso em: 31 ago. 2025.